

REGULAMENTO INTERNO

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

1. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, nº 147/99 de 1 de Setembro, regula a criação, competência e funcionamento das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) em todos os concelhos do país, valendo como lei geral da República.
2. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Funchal constituída ao abrigo da Portaria nº 700/95 de 3 de Julho e reorganizada pela Portaria nº 1226-FB/2000 de 30 de Dezembro, adiante designada por CPCJ rege-se pelo presente Regulamento.

Artigo 2º

Natureza

1. De acordo com o disposto no nº 1 do Art. 12º da Lei 147/99, a CPCJ é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.
2. A CPCJ intervém subsidiariamente em relação às entidades com competência em matéria de infância e juventude, tal como definidas na Lei de Protecção.
A CPCJ intervém, se necessário, após a intervenção das entidades vocacionadas para a resolução de problemas específicos.
3. A CPCJ exerce as suas atribuições em conformidade com a lei e delibera com imparcialidade e independência.

Artigo 3º

Competência Territorial

A CPCJ exerce a sua competência na área do município do Funchal.

Capítulo II

Composição e Funcionamento

Artigo 4º

Local de Funcionamento

A CPCJ funciona no seguinte local: Rua 5 de Outubro, nº 61, 2º andar, 9000-079 FUNCHAL.

Artigo 5º

Modalidades de Funcionamento da CPCJ

A CPCJ funciona em modalidade alargada e modalidade restrita, adiante designadas comissão alargada e comissão restrita.

Artigo 6º

Composição da Comissão Alargada

1. Nos termos do nº 2 da Portaria de instalação, a CPCJ é constituída pelos seguintes elementos:
 - a) Um representante do Município;
 - b) Um representante do Centro de Segurança Social da Madeira;
 - c) Um representante da Secretaria Regional de Educação e Cultura;
 - d) Um representante, do Serviço Regional de Saúde;
 - e) Um representante de instituição particular de solidariedade social ou organização não-governamental que desenvolve atividades de carácter não institucional;
 - f) Um representante das associações de pais;
 - g) Um representante da Guarda Nacional Republicana (GNR)
 - h) Um representante das Forças de Segurança (PSP);
 - i) Um representante das Associações Desportivas;
 - j) Um representante da Direção Regional da Juventude e Desporto;
 - k) Um representante do Instituto Regional de Emprego.
 - l) Quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal do Funchal;
 - m) Os técnicos que venham a ser cooptados pela Comissão (CPCJ Funchal);

Artigo 7º

Faltas e impedimentos dos Membros

1. Os serviços, organismos e entidades com representação na CPCJ devem indicar o membro suplente que, nas faltas e impedimentos dos membros efetivos os deverão substituir.
2. Se o representante efetivo de uma entidade faltar continuamente às reuniões da Comissão Alargada por um período superior a seis meses consecutivos, o Presidente solicita à referida entidade que nomeie o seu substituto como membro efetivo.
3. Se o representante efetivo de uma entidade faltar a quatro reuniões consecutivas da Comissão Restrita, o Presidente solicita à referida entidade que nomeie o seu substituto como membro efetivo.
4. Nas situações previstas nos números 2 e 3 do presente artigo a entidade representada, nomeia um novo membro suplente.

Artigo 8º

Objetivos da Comissão Alargada

1. A Comissão Alargada constitui-se como um *fórum* de discussão e reflexão sobre as problemáticas da infância e juventude, em geral, e, em particular, da comunidade onde se insere.

São competências da comissão alargada:
Desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e o jovem e respetivas famílias, que são genericamente a sensibilização da população para a problemática da criança e do jovem em perigo; além de realizar o diagnóstico das necessidades e dos recursos existentes; bem como o desenvolvimento de ações de prevenção do risco infantil e juvenis direcionadas para problemáticas específicas.
2. Colaborar, quando solicitados para tal pela Comissão Restrita, para ações complementares de acompanhamento de casos.
3. A comissão alargada delibera sobre a integração de técnicos cooptados, face às necessidades específicas em termos de valências técnicas, para as diferentes dimensões de intervenção da CPCJ, bem como a articulação com outras instituições que não integrem a CPCJ.
4. Promove a articulação com outras parcerias já existentes.

5. A Comissão Alargada calendariza as atividades da CPCJ e define os diversos procedimentos que regulamentam o seu funcionamento ordinário.

Artigo 9º **Competências da Comissão Alargada**

São competências da Comissão Alargada:

- a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;
- b) Promover ações e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a deteção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afetem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;
- c) Informar e colaborar com as entidades competentes no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários à promoção dos direitos, do bem-estar e do desenvolvimento integral da criança e do jovem;
- d) Colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projetos inovadores no domínio da prevenção primária dos fatores de risco e no apoio às crianças e jovens em perigo;
- e) Colaborar com as entidades competentes na constituição e funcionamento de uma rede de acolhimento de crianças e jovens, bem como na formulação de outras respostas sociais adequadas;
- f) Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo e respectivas famílias;
- g) Analisar a informação semestral relativa aos processos iniciados e ao andamento dos pendentes na comissão restrita;
- h) Aprovar o relatório anual de atividades e avaliação elaborado pelo Presidente e enviá-lo à Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público;

Artigo 10º **Funcionamento da Comissão Alargada**

1. A CPCJ reúne em plenário ou em grupos de trabalho para assuntos específicos, com carácter obrigatório mensal, podendo reunir com periodicidade inferior àquela, quando o cumprimento das suas funções assim o exija.
2. Reuniões Plenárias.
 - a) As convocatórias são sempre feitas pelo Presidente, ou pelo Secretário nos seus impedimentos, e são remetidas com, pelo menos 15 dias de antecedência, exceto nos casos de reuniões extraordinárias em que aquele prazo é reduzido a 2 dias.
 - b) Sempre que uma reunião seja solicitada pela maioria dos membros da CPCJ, fica o Presidente obrigado a convocá-la.
 - c) Das convocatórias das reuniões deve constar a ordem de trabalhos.
 - d) A comissão alargada a reunir em plenário só poderá funcionar quando nas reuniões se encontrar presente o Presidente ou o Secretário e a maioria dos membros designados (ou dos seus suplentes).
 - e) Em caso de falta de *quorum*, será convocada nova reunião que poderá funcionar com um terço dos membros designados.
 - f) Após 2 faltas consecutivas não justificadas às reuniões da comissão alargada, por qualquer dos seus membros, serão tais faltas, e as seguintes, comunicadas à entidade que o elemento em causa representa na CPCJ.
 - g) A CPCJ delibera por maioria de votos, tendo o Presidente voto de qualidade.
 - h) Para que uma decisão seja considerada válida, é necessária a presença do Presidente (ou do Secretário no seu impedimento) e da maioria dos membros da comissão alargada.
3. Grupos de Trabalho.
 - a) Os grupos de trabalho são constituídos por decisão do plenário da CPCJ.

- b) Auto-organizam-se em função do trabalho a desenvolver.
- c) Apresentam relatórios com a periodicidade de 2 meses, a analisar em plenário da CPCJ.

Artigo 11º

Composição da Comissão Restrita

1. A comissão restrita é composta sempre por um número ímpar, nunca inferior a cinco, dos membros que integram a comissão alargada.
2. Segundo os nºs 2 e 3 do Art. 20º da Lei de Protecção, são por inerência membros da comissão restrita:
 - O Presidente da CPCJ;
 - O representante do Município;
 - O representante da Segurança Social;A indicação de pelo menos uma dos restantes membros deverá ser feita de entre representantes de instituições particulares de solidariedade social, ou organizações não-governamentais.
3. Os membros da comissão restrita são escolhidos de forma que esta tenha uma composição interdisciplinar e interinstitucional, incluindo pessoas com formação nas áreas de serviço social, psicologia, direito, educação e saúde.
4. Por deliberação da comissão alargada, poderá ser alargado o número de elementos na comissão restrita, respeitando sempre o previsto no nº 1 do Art. 20º.

Artigo 12º

Competências da Comissão Restrita

1. A Comissão Restrita é o núcleo executivo da Comissão de Protecção de Criança e Jovens, composto por representantes dos serviços públicos, das instituições da comunidade e por membros cooptados, com competência para promover a intervenção na comunidade e técnica, sempre que uma criança ou jovem esteja em perigo.
2. Os membros da Comissão Restrita responsabilizam-se pelo funcionamento da CPCJ, obrigando os serviços que representam, no âmbito das competências respectivas.
Os membros da Comissão Restrita, designadamente os representantes do Estado, responsabilizam-se pelo funcionamento da CPCJ no âmbito das competências respectivas.
3. Compete à Comissão Restrita:
 - a) Atender e informar as pessoas que se dirigem à CPCJ;
 - b) Apreciar liminarmente as situações de que a CPCJ tenha conhecimento, decidindo o arquivamento imediato do caso quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção ou a abertura de processo de promoção de direitos e de protecção;
 - c) Proceder à instrução dos processos;
 - d) Solicitar a participação dos membros da comissão alargada nos processos referidos na alínea anterior, sempre que se mostre necessário;
 - e) Solicitar parecer e colaboração de técnicos ou de outras pessoas e entidades públicas ou privadas;
 - f) Decidir sobre a aplicação, o acompanhamento e a revisão as medidas de promoção e protecção;
 - g) Informar semestralmente a comissão alargada, sem identificação das pessoas envolvidas, sobre os processos iniciados e o andamento dos processos pendentes.

Artigo 13º

Funcionamento da Comissão Restrita

1. O plenário da comissão restrita reúne com carácter obrigatório mínimo semanal, ou sempre que convocado pelo Presidente.
2. As convocatórias são sempre efetuadas pelo Presidente, ou pelo Secretário nos seus impedimentos, e são remetidas com, pelo menos, 2 dias de antecedência, exceto nos casos de reuniões extraordinárias em que aquele prazo é reduzido a 1 dia.
3. Sempre que uma reunião seja solicitada pela maioria dos membros da comissão, fica o Presidente obrigado a convocá-la.
4. De acordo com o volume de processos e as problemáticas existentes, a CPCJ exercerá funções 5 dias por semana, com o seguinte horário de funcionamento: Segunda a Sexta-feira, das 9 horas às 17 horas e trinta minutos.
5. Estão previstos os seguintes períodos de atendimento e informação às pessoas que se dirigem à CPCJ:
Segunda a Sexta-feira, das 9 horas às 17 horas e trinta minutos.
6. A comissão restrita apenas delibera quando nas reuniões se encontrar presente o Presidente, ou o Secretário, e a maioria dos seus membros (ou dos seus suplentes).
7. A comissão restrita delibera por maioria de votos, tendo o Presidente voto de qualidade.

Artigo 14º **Justificação de faltas**

Se, não obstante o carácter prioritário das funções de membros da CPCJ, o dirigente do organismo ou serviço representado invocar razões para justificar a falta de um membro a qualquer reunião da Comissão, na sua modalidade restrita ou alargada, compete ao Presidente apreciar a referida justificação.

Artigo 15º **Atas**

1. De cada reunião da comissão alargada é obrigatoriamente lavrada ata, que é remetida a cada membro da CPCJ, no prazo máximo de 30 dias, sendo a mesma formalmente apreciada e aprovada na reunião seguinte.
2. De cada reunião da comissão restrita que implique deliberação de medidas previstas no Artigo 35º é lavrada ata, com salvaguarda dos dados de identificação dos processos.
3. A ata contém a identificação dos membros presentes, a ordem dos trabalhos e a indicação das deliberações tomadas por maioria ou por unanimidade.
4. No prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de receção da ata, pode os membros que tenham estado presentes à reunião, propor ao Presidente qualquer alteração que considerem necessária sendo a nova versão remetida a todos os membros.

Artigo 16º **Duração do Mandato**

1. Os membros da CPCJ são designados por um período de três anos, renovável.
2. O exercício de funções na CPCJ não pode prolongar-se por mais de nove anos consecutivos.
3. Os mandatos dos membros da CPCJ podem ser interrompidos, quando a entidade que representam deliberar a sua substituição por outro elemento.

Artigo 17º

Acompanhamento e Distribuição dos processos

A distribuição para acompanhamento do processo será efetuada pelo Presidente, no respeito pelas valências dos membros da comissão restrita e dos técnicos envolvidos, segundo o tipo de temáticas a que respeita o processo ou que dele já tivessem um conhecimento anterior.

Artigo 18º

Obrigação a sigilo

Todos os elementos que compõem a CPCJ estão obrigados a sigilo relativamente às crianças e jovens envolvidos, às suas famílias, e a tudo o que diz respeito ao acompanhamento dos seus processos.

Artigo 19º

Presidência da CPCJ

1. O Presidente da CPCJ   eleito pelo plenário da comissão alargada, de entre todos os seus membros.
2. O Presidente designa um membro da CPCJ para desempenhar as fun es de Secretário.
3. O Secretário substitui o Presidente nos seus impedimentos.

Capítulo III

Disposi es do Regulamento Interno

Artigo 20º

Entrada em Vigor do Regulamento Interno

O Regulamento Interno da CPCJ do concelho de Funchal entra em vigor logo que aprovado em reunião da comissão alargada.

Artigo 21º

Revisão do Regulamento Interno

1. Pode ser solicitada uma revisão do regulamento, pelo Presidente ou pela maioria dos membros designados da CPCJ.
2. Qualquer altera o a introduzir deverá ser aprovada em reunião da comissão alargada, por maioria.

Alterado e aprovado em reunião de Comissão Alargada (Ata n  1 de 26/01/2017)